

Acordo com credores

nia

Brasília, quarta-feira, 8 de julho de 1992

11



Divida Externa fica para sexta-feira

O acordo de reescalonamento da dívida do Brasil junto aos bancos privados externos poderá ser fechado até a próxima sexta-feira. O anúncio foi feito pelo porta-voz da presidência, Pedro Luiz Rodrigues, após explicar que não há uma data definida para o acerto dos termos da dívida, embora tudo indique que ele deverá acontecer até o final da semana. O comunicado sobre as negociações com os bancos credores foi feito pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, ao presidente Fernando Collor, durante a reunião das nove, no Palácio do Planalto.

O esboço do comunicado anunciando a conclusão do acordo entre o Brasil e o Comitê de Bancos Credores já está pronto e deverá ser divulgado hoje com assinatura, como é de praxe, pelo negociador brasileiro, Pedro Malan, e o supervisor do Comitê, William Rodhes, do Citibank. Segundo informou uma fonte do Comitê falando de Nova Iorque, as últimas dificuldades que restam para a conclusão do acordo da dívida externa já estão sendo superadas.

A questão das garantias que o apresentaria para a dívida reestruturada — a mais trabalhosa das negociações em agosto do ano

passado — já foi resolvida. Como já foi antecipado, além dos 3,2 bilhões de dólares que o Brasil apresentará na data da efetivação do acordo, o Governo deverá emitir também “bônus de transição” de seis em seis meses, durante os dois primeiros anos da vigência do acordo, em montante que dependerá das escolhas dos bancos credores entre os seis instrumentos de reestruturação da dívida.

Os bônus ao par terão os mesmos termos dos que foram recentemente acertados com a Argentina: 30 anos de prazo, juros iniciais de quatro por cento a.a.; que subirão gradualmente até atingir seis por cento, no sétimo ano, quando a taxa se tornará fixa. Os “bônus de redução” prevêm desconto de 35 por cento do montante do crédito e pagarão juros de libor mais 0,1875 por cento. Os bônus do chamado “dinheiro novo”, com 15 anos de prazo, pagarão libor mais 0,875 por cento. O acordo reserva ao Governo brasileiro o direito de convocar os bancos a fazerem uma segunda escolha entre os seis instrumentos de reestruturação, caso haja desequilíbrio entre as opções indicadas originalmente.

O Brasil insistiu nessa cláusula,

para impedir que os bancos optem apenas pelos bônus de conversão ao par, pois isso acabaria elevando demasiadamente o preço do acordo para o Brasil na aquisição das garantias. O acordo prevê um cronograma mais rígido do que os negociados por outros devedores para os bancos fazerem suas opções. O objetivo do Governo é que o acordo esteja efetivado antes do final deste ano.

Empréstimo — O Banco Mundial (Bird) anunciou a aprovação de um empréstimo de 245 milhões de dólares ao Brasil, para apoiar os esforços do Governo brasileiro para melhorar a qualidade da água em zonas urbanas afetadas por sérios problemas de poluição.

O projeto é destinado a diminuir os níveis de poluição nas cidades de São Paulo e Curitiba e estabelecer políticas para o controle de qualidade nos estados de São Paulo e Paraná. Os investimentos em áreas metropolitanas inclui a regularização fluvial e o controle de drenagem, saneamento básico, coleta de resíduos sólidos e a melhoria de áreas em torno das reservas de água. O custo total dos projetos foi estimado em 494 milhões de dólares, dos quais 219 serão repassados por entidades estaduais.